

# Economista do Ipea diz que não há recessão

A sensação de caos generalizado na área econômica merece análise mais atenta, conforme o coordenador de Política Macroeconômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério da Economia, Felipe Ohana. É taxativo ao afirmar que "não há recessão e sim descompasso na demanda em determinados setores produtivos". Ele rejeita a tese da crise citando o comportamento de índices projetados pelo Ipea para o quarto trimestre. O PIB previsto indica crescimento de 2,7 por cento; o setor agropecuário espera expansão de 8,7 por cento nas atividades; a área de serviços de 2,3 por cento e a industrial de 1,2 por cento.

Para Felipe Ohana, a inflação este mês deverá ficar em 24 por cento porque não haverá pressões altistas. Em outubro a sazonalidade da produção será um dos efeitos que junto com o problema fiscal puxarão o índice um pouco mais para cima. Nos últimos dois meses se repetirá a curva de alta, patrocinada pelos reflexos da entressafra agrícola.

Em relação a massa salarial, antecipa que poderá continuar a crescer porém em níveis bem inferiores ao início de 1990. Mas a pesquisa mensal da Fiesp aponta que em junho foi registrado ganho real de 3,1 por cento no salário médio da indústria. Preveniu que a expectativa de emprego é decrescente.

**Indústria** — O economista lembrou também que a Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou previsões de crescimento da produção industrial no terceiro trimestre na comparação com os três meses anteriores. Esta projeção inclui padrão sazonal de desempenho que indica expansão na produção neste período do ano. Entretanto, a ampliação é menos expressiva que aquela observada em 1991. Houve pequena reação da demanda em julho, desigual se comparada à mesma época de 1991.

A questão juros também é ponto preocupante aos empreendedores que ainda apostam na atividade produtiva. Enquanto permanecerem as incertezas na esfera política e a reforma fiscal não for implementada as taxas continuarão elevadas. O Banco Central trabalha com patamar de juros primários de 27,85 por cento em setembro, que embute juro real alto. A Taxa Referencial (TR) refletirá a subida do custo do dinheiro.

Na rubrica contas públicas a situação continuará difícil no consenso de empresários e técnicos da área econômica. A queda na arrecadação e as perspectivas sombrias de aumento no recolhimento de novos tributos, associada ao crescimento da dívida interna — via juros inflados — dificultarão a manutenção do controle do déficit público. As metas estabelecidas pelo Governo para o déficit nominal estão praticamente perdidas devido a manutenção da inflação. No conceito de déficit operacional (que inclui os pagamentos de juros sobre os débitos oficiais) os planos iniciais também não serão atingidos. Isto porque a devolução da última parcela dos cruzados novos retidos, feita mês passado, contribuirá para o crescimento do custo de financiamento da dívida pública.